

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Vá lá, boas notícias.....	2
Título: Se organizar direito.....	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Queixa sobre quarentena é com governadores, diz presidente	5
Título: Terra tramou queda de Mandetta com Onyx, mostra diálogo.....	7
Título: Corte na produção da Opep frustra mercado, e petróleo cai	8
Título: Voluntarismos fora da lei.....	9
VEÍCULO: O Globo.....	11
Título: Opep e aliados vão reduzir produção de petróleo	11
Título: Mais de 30 petroleiros têm o vírus em plataforma	13
Título: Que tal botar Sergio Moro nessa conversa?.....	13

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 10/04/2020****Seção: Colunas****Autor: Celso Ming****Título: Vá lá, boas notícias**

Esta quinta-feira trouxe para a economia uma boa notícia e outras duas boas, mas nem tanto. A boa notícia é a confirmação de nova safra recorde de grãos ao longo deste ano. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) projeta a produção de 251,8 milhões de toneladas, aumento de 4,0% sobre a safra anterior, e o IBGE, outra instituição que se dedica a levantamentos desse tipo, calcula uma produção de 245,2 milhões de toneladas, aumento de 1,5%. Nessa temporada de queda vertical da produção dos serviços e da indústria de transformação, esse ótimo desempenho da agricultura é inegavelmente uma notícia boa.

Só não é melhor porque a queda do consumo global derrubou os preços das commodities, fator que deve reduzir a renda do produtor brasileiro, não inteiramente compensada pela alta do dólar. De todo modo, nessas horas, a parcela do orçamento doméstico dedicada às despesas com alimentos é a menos prejudicada aqui e lá fora. À medida que a China se recuperar da pandemia – fato que aparentemente já começa a acontecer, quatro meses após o início do surto –, suas importações de alimentos serão reforçadas e os preços devem reagir, para melhora das exportações do Brasil.

Como o presidente dos Estados Unidos, Trump, continua pressionando a China para aumentar encomendas de milho e soja aos EUA, convém lembrar a determinados ministros do presidente Bolsonaro que, por uma questão de negócios, não é interesse do Brasil hostilizar Pequim e os chineses. Nem todo o agronegócio está comemorando porque certos segmentos, como cana-de-açúcar, produção de flores e celulose, estão sendo duramente atingidos pela crise do coronavírus. De todo modo, o desempenho geral do agro deverá contribuir para a melhora de renda do interior do País, o que não é pouca coisa.

A primeira meia boa notícia, digamos assim, é a confirmação de uma inflação rastejante em março, de apenas 0,07%. Não é para sair festejando por duas razões. Primeira, porque esse número tão baixo só foi possível com a brutal quebra do consumo e da atividade econômica. Esse resultado vem carregado de muito desemprego e dor e, provavelmente, de quebra de empresas. Além disso, já ficou dito aqui em edição recente (5 de abril) que esse dado de março e possivelmente os dos dois meses seguintes conteria distorções, porque a estrutura de consumo na qual se baseiam as pesquisas de preços ficou fortemente alterada pelo isolamento da população.

Basta levar em conta a forte redução de despesas das famílias com combustíveis, condução, alimentação fora de casa e serviços pessoais (cabeleireiro, manicure, etc.). Parece inevitável que a inflação de 2020 caia abaixo dos 3%. Como dá para aferir pelo Boletim Focus, do Banco Central, para a variação do IPCA, o mercado na semana passada já cravava projeção de 2,72%. É preciso ver até que ponto esse mergulho da inflação engatilhará outra queda dos juros básicos. Finalmente, a segunda notícia boa – mas só em parte.

Desta vez houve acordo na Opep+. O corte da oferta de óleo será de 10 milhões de barris diários, cerca de 10% da produção mundial do ano passado. Foi a maior redução da oferta obtida até agora. Mas os analistas entenderam que será insuficiente para estabilizar o mercado. A própria Opep reconhece que a pandemia provocou a “evaporação” de 15 milhões de barris diários. A partir desse diagnóstico, conclui-se que continuam fluindo para o mercado 5 milhões de barris diários a mais do que vem escoando para o consumo, sem levar em conta os estoques já existentes.

Se o acordo da Opep+ for observado, o equilíbrio do mercado vai depender agora da recuperação econômica dos grandes consumidores mundiais, especialmente da China. E de que boa parte dos produtores, especialmente os de óleo de xisto, se mantenha aliada do mercado, se não conseguir comprimir ainda mais os custos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/04/2020

Seção: Colunas

Autor: Elena Landau

Título: Se organizar direito...

Como toda a economia, o setor elétrico sofre com as políticas do controle do coronavírus. A parada repentina das atividades reduziu o consumo de energia. Uma mudança inesperada, imposta por fatores externos e de grande magnitude, no mercado consumidor, não é novidade no País. Aconteceu em 2001, na crise do apagão. Os efeitos das mudanças climáticas sobre o ciclo de chuvas esvaziaram reservatórios. Como a matriz energética era predominantemente hidrelétrica, a oferta caiu muito. O governo então criou uma Câmara de Gestão da Crise, comandada pelo ministro Pedro Parente.

A reação foi rápida. Anunciaram uma política para estimular a redução do consumo, com bônus, para quem economizasse, e multas, que ficou conhecida como “acionamento”. A sociedade respondeu bem a esses incentivos; a meta de economia foi até superada. Muitos hábitos mudaram a partir dali, reduzindo o desperdício no uso de eletricidade. A Câmara reuniu agentes do setor,

governo, BNDES e empresas públicas e privadas. No final daquele ano, um grande acordo foi assinado, dividindo custos entre todos e com baixo impacto, tanto fiscal quanto tarifário.

Foi um ano traumático para o setor e para a economia, com reflexos sobre ritmo de atividade, reduzindo o PIB para abaixo da trajetória esperada. A experiência deixou lições: rapidez na resposta, coordenação dos interesses envolvidos e agilidade na operacionalização das medidas. Em 2012, outro choque. Dilma editou a MP 579 para baixar artificialmente os preços de energia. Propôs novos valores, que mal cobriam custos, como condição para a renovação de contratos de algumas das mais importantes geradoras do País.

O desajuste causado era fácil de antecipar. Não por acaso, só a Eletrobras, em voto comandado pelo próprio governo, aceitou os termos desastrosos do acordo. Nem à toa que a CVM considerou abuso do controlador. Esqueceram que quando o preço cai, a demanda sobe. Com a seca que esvaziava os reservatórios, o desequilíbrio no mercado se ampliou, e a pressão sobre preços e tarifas foi enorme. As distribuidoras se viram então na obrigação de comprar energia além do estipulado nos contratos para atender o aumento da demanda, a um custo muito superior ao previsto.

Essa disparidade foi financiada com empréstimos bancários e um decreto presidencial de 2014 assegurou o repasse dos custos aos consumidores. Nenhuma política de incentivo à redução de consumo foi cogitada. E o tiro saiu pela culatra. No mercado de consumidores cativos, um tarifaço se seguiu nos anos seguintes. E no mercado livre, indústrias negociavam seus contratos, pois valia mais a pena vender energia ao novo preço de mercado do que produzir. Essa experiência deixa a lição do que não fazer: intervenção, falta de análise regulatória, captura política da Aneel e passividade ante os impactos no setor.

Os problemas herdados pela interferência de Dilma ainda não foram resolvidos. Hoje, novamente, há um grande desequilíbrio nos contratos das distribuidoras. Dessa vez, com brutal queda da demanda em função do isolamento social. Os agentes estão tentando uma renegociação para se adequarem à nova realidade. Apesar dos rumores de suspensão unilateral dos contratos, aguardam uma atuação clara do governo. Algumas medidas foram anunciadas esta semana através da MP 950. Ainda insuficientes para o tamanho do desajuste.

Para aliviar os impactos da sobrecontratação sobre as distribuidoras, há promessa de apoio econômico e financeiro, por meio de empréstimos. Mas os custos serão repassados aos consumidores, como em 2014. A participação do Tesouro até agora é mínima. Os R\$ 900 milhões anunciados estão longe de compensar os impactos negativos bilionários. Faltam mudanças regulatórias e tributárias para diminuir os impactos no setor como um todo. O momento é

propício para eliminar encargos que não fazem sentido, como os subsídios ao setor agrícola, a fontes incentivadas e ao carvão mineral.

O custo do combustível das térmicas no sistema isolado deve cair, acompanhando a queda do preço do petróleo. Tudo somado, pode contribuir para reduzir a tarifa. A cobrança de ICMS sobre contas de inadimplentes, que devem crescer muito nos próximos meses, deveria ser suspensa. Uma adaptação do volume de energia contratada à nova realidade do mercado deve ser buscada. Ideias circulam entre os que atuam no setor.

A complexidade hoje é bem maior que há 20 anos. São mais atores, mais segmentos, novas modalidades de geração, mercado livre, inúmeras normas regulatórias e uma grande diversidade de contratos privados. O desafio é grande. E a incerteza é a marca desta crise. Não se sabe quanto tempo a recessão irá durar, nem sua profundidade. Coordenação, rapidez e boa operacionalização são fundamentais.

O comitê de crise deve envolver todos os agentes do setor e buscar uma alocação adequada dos custos, que não pode recair sobre um único grupo. Se organizar direitinho, todo mundo contribui.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/04/2020

Seção: Poder

Autor: Daniel Carvalho e Ricardo delia Coletta

Título: Queixa sobre quarentena é com governadores, diz presidente

Brasília - O presidente Jair Bolsonaro disse nesta quinta-feira (9) que, por decisão do Supremo Tribunal Federal, não pode impedir a restrição de circulação e o fechamento do comércio pelo país. Em sua live semanal, ele orientou que as pessoas reclamassem com governadores e prefeitos.

“Quem é o responsável por ações como imposição de distanciamento e isolamento social, quarentena, suspensão de atividades, bem como aulas, restrição de comércio, atividades culturais e circulação de pessoas é o respectivo governador e prefeito”, disse.

A declaração o corre um dia após o ministro do STF Alexandre de Moraes decidir que governos estaduais e municipais têm autonomia para determinar o isolamento social. Na live, Bolsonaro disse respeita a decisão, mas que o governo irá recorrer.

“Não vou entrar em polêmica aqui, a decisão do Supremo então. Quem decide são os governadores, são os prefeitos, e o presidente da República, no caso o chefe do Executivo federal, não posso entrar nessa área aí, tudo bem.”

Segundo Moraes, o governo federal não pode “afastar unilateralmente” as decisões de executivos locais sobre as medidas de restrição de circulação que vêm sendo adotadas durante a pandemia.

“O foro adequado para você reclamar é o respectivo governador, o respectivo prefeito”, afirmou na live. “Por mim, quem tem menos de 40 anos já estaria trabalhando sem problema nenhum”, afirmou.

Antes da live, Bolsonaro foi a uma padaria em Brasília. Em imagens divulgadas pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), seu filho, aparece abraçando pessoas que se aglomeraram ao seu redor.

Terra tramou queda de Mandetta com Onyx, mostra diálogo

Brasília - Defensor da flexibilização do isolamento social, o ex-ministro e deputado Osmar Terra (MDB-RS) ofereceu ajuda ao ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, para trocar o titular da Saúde, Henrique Mandetta, de quem diverge sobre as medidas de combate à Covid-19.

“Eu ajudo, Onyx. E não precisa ser eu o ministro, tem mais gente que pode ser”, afirmou Terra em conversa ouvida e divulgada pela CNN Brasil nesta quinta.

O caso fez com que uma entrevista coletiva marcada para a tarde fosse cancelada. Houve um entendimento de que a divulgação da conversa poderia dominá-la, ofuscando os anúncios dos ministros.

Além de Mandetta, participariam Walter Braga Netto (Casa Civil), Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura) e **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**.

À coluna Painei, o ministro da Saúde evitou comentar a conversa. “Eu só trabalho, trabalho, trabalho”, afirmou, dizendo não ter visto a notícia sobre a conversa. Ao ser informado de que o diálogo era de críticas a ele, apenas disse: “Deixa eles”.

Embora tenha sido um dos responsáveis pela indicação de Mandetta para o governo, já que ambos são do DEM, Onyx disse quinta que “cortaria a cabeça” do ministro se estivesse na cadeira presencial. No diálogo, faz uma menção à reunião ministerial ocorrida na segunda (6), quando a demissão de Mandetta foi cogitada pelo presidente.

“Se eu estivesse na cadeira [do Bolsonaro]... O que aconteceu na reunião eu não teria segurado, eu teria cortado a cabeça dele”, diz um trecho da conversa divulgada.

No diálogo, Terra defende mudança da política de distanciamento social.

Após o cancelamento da coletiva, o presidente recebeu o ministro. O compromisso não estava previsto. Depois, na live, Bolsonaro disse: “Quem está esperando eu falar do Mandetta, Osmar Terra e Onyx pode passar para outra live. Não vai ter este assunto hoje aqui”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/04/2020

Seção: Poder

Autor:

Título: Terra tramou queda de Mandetta com Onyx, mostra diálogo

Brasília - Defensor da flexibilização do isolamento social, o ex-ministro e deputado Osmar Terra (MDB-RS) ofereceu ajuda ao ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, para trocar o titular da Saúde, Henrique Mandetta, de quem diverge sobre as medidas de combate à Covid-19.

“Eu ajudo, Onyx. E não precisa ser eu o ministro, tem mais gente que pode ser”, afirmou Terra em conversa ouvida e divulgada pela CNN Brasil nesta quinta.

O caso fez com que uma entrevista coletiva marcada para a tarde fosse cancelada. Houve um entendimento de que a divulgação da conversa poderia dominá-la, ofuscando os anúncios dos ministros.

Além de Mandetta, participariam Walter Braga Netto (Casa Civil), Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura) e **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**.

À coluna Painel, o ministro da Saúde evitou comentar a conversa. “Eu só trabalho, trabalho, trabalho”, afirmou, dizendo não ter visto a notícia sobre a conversa. Ao ser informado de que o diálogo era de críticas a ele, apenas disse: “Deixa eles”.

Embora tenha sido um dos responsáveis pela indicação de Mandetta para o governo, já que ambos são do DEM, Onyx disse quinta que “cortaria a cabeça” do ministro se estivesse na cadeira presencial. No diálogo, faz uma menção à reunião ministerial ocorrida na segunda (6), quando a demissão de Mandetta foi cogitada pelo presidente.

“Se eu estivesse na cadeia [do Bolsonaro]... O que aconteceu na reunião eu não teria segurado, eu teria cortado a cabeça dele”, diz um trecho da conversa divulgada.

No diálogo, Terra defende mudança da política de distanciamento social.

Após o cancelamento da coletiva, o presidente recebeu o ministro. O compromisso não estava previsto. Depois, na live, Bolsonaro disse: “Quem está esperando eu falar do Mandetta, Osmar Terra e Onyx pode passar para outra live. Não vai ter este assunto hoje aqui”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/04/2020

Seção: Mercado

Autor: Isabela Bolzani

Título: Corte na produção da Opep frustra mercado, e petróleo cai

O Ibovespa encerrou o pregão desta quinta-feira (9) em queda de 1,19%, aos 77.681 pontos, na contramão das Bolsas de Valores no exterior.

Segundo especialistas, a queda acompanha uma frustração do mercado acerca do corte na produção de petróleo, decidido nesta quinta por uma reunião virtual entre os membros da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e aliados como forma de reduzir os impactos trazidos pela crise do coronavírus.

O acordo — que coloca fim aos atritos entre Arábia Saudita e Rússia, os dois maiores produtores de petróleo do mundo — estabeleceu uma redução de 10 milhões de barris por dia, sendo 5 milhões de barris dos dois maiores produtores e outros 5 milhões entre os demais participantes da Opep.

O volume, de acordo com especialistas, ficou abaixo do esperado. O trato também estabeleceu que os cortes na produção vão se reduzir ao longo do tempo, chegando ao final em abril de 2022.

As expectativas pelo resultado do acordo trouxeram volatilidade aos preços do petróleo ao longo do dia. O barril do Brent, referência internacional, reverteu uma alta de 11% para encerrar a sessão desta quinta-feira com queda de 2,89%, aos US\$ 31,89.

Desde o início do ano, os preços do petróleo caíram pela metade.

Em razão do noticiário externo, as ações da Petrobras estiveram entre as mais negociadas e encerraram o pregão com quedas de 2,89% nas ações

preferenciais (sem direito à voto) e de 3,66%, nas ações ordinárias (com direito à voto).

Segundo Thiago Salomão, analista da Rico Investimentos, as atenções estavam voltadas para a reunião da Opep nesta quinta, mas as reações do mercado também já começam a refletir outros movimentos.

“O corte anunciado foi menor do que o esperado, mas os impactos disso já estão mais limitados e vemos os mercados reagindo mais às respostas dos bancos centrais e aos estímulos financeiros para conter a crise do coronavírus”, afirma.

O analista dá o exemplo do Fed, banco central americano, que recentemente anunciou um estímulo de US\$ 2,3 trilhões para apoiar a economia dos EUA.

Apesar da queda do Ibovespa nesta quinta, o índice acumulou ganhos de 11,71% na semana, o maior desde março de 2016.

O dólar, por sua vez, encerrou a sessão desta quinta-feira (9) com queda de 1,01%, aos R\$ 5,0920.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/04/2020

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Voluntarismos fora da lei

Sob a justificativa de colaborar para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, juízes vêm alterando o uso de recursos públicos, o que foge completamente de sua alçada. A contribuição do Poder Judiciário neste momento tão delicado do País consiste em aplicar a lei. Determinar a destinação de dinheiro público é competência do Legislativo e do Executivo.

Além de adentrar no campo do arbítrio, voluntarismos fora da lei produzem desorganização e ineficiência no Estado. Não é assim que o País vencerá o enorme desafio da covid-19. Na terça-feira passada, o juiz da 4.ª Vara Federal Cível de Brasília Itagiba Catta Preta Neto determinou o bloqueio dos recursos do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário, colocando-os à disposição do governo federal para uso “em favor de campanhas para o combate à pandemia ou amenizar suas consequências econômicas”.

Os recursos somam quase R\$ 3 bilhões. Não deveria existir o Fundo Partidário e tampouco o Fundo Eleitoral. Sendo entidades privadas, os partidos devem ser sustentados com recursos privados, oriundos de seus apoiadores. Mas o fato é

que a lei criou tal deformidade – destinando dinheiro público a partidos políticos – e um juiz não pode dispor sobre a utilização desses recursos, o que já foi feito pelo Congresso, alegando que dos “sacrifícios que se exigem de toda a Nação não podem ser poupados apenas alguns, justamente os mais poderosos, que controlam, inclusive, o orçamento da União”.

Em recurso interposto pela Advocacia-Geral da União (AGU) contra a decisão da 4.ª Vara Federal Cível de Brasília, o presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região, Carlos Moreira Alves, suspendeu no dia seguinte a liminar, por entender, entre outras razões, que o bloqueio pela Justiça dos fundos “interfere em atos de gestão e de execução do orçamento público, da mesma forma como interfere no exercício de competências constitucionalmente outorgadas a autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo”.

Outra frequente interferência do Poder Judiciário em seara que não lhe compete refere-se a recursos devolvidos aos cofres públicos por meio de acordos judiciais com empresas e delatores. Segundo o Estado apurou, a Justiça já destinou à área da saúde cerca de R\$ 2,5 bilhões relacionados a ilícitos. Além de não ser atribuição do Judiciário realizar a gestão desses valores, muitos desses casos não envolvem recursos públicos, e sim dinheiro privado que, mesmo depois da descoberta da manobra ilícita, não é restituído ao verdadeiro dono.

No mês passado, por exemplo, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou que parte dos recursos oriundos do acordo da Petrobrás com autoridades dos EUA, cerca de R\$ 1,6 bilhão, fosse aplicada no combate à covid-19. Trata-se do terceiro destino dado a tais valores. Originalmente, os recursos seriam usados para constituir um fundo anticorrupção, a ser gerido pelo Ministério Público. Diante do escândalo da medida, o Supremo destinou os valores para a educação e a proteção da Amazônia.

Agora, parte do montante vai para o combate da covid-19. É preciso advertir que esses “recursos recuperados pela Lava Jato”, aos quais a Justiça dá a cada momento um determinado destino, não são dinheiro público. No caso, são valores subtraídos da Petrobrás, uma sociedade de economia mista. Seus recursos são, portanto, de seus acionistas. A União é a maior acionista, mas há outros milhares de acionistas privados, cerca de 400 mil, que detêm grande parcela do capital acionário.

Há também decisões em que o Judiciário atua como se fosse o Executivo. Na Paraíba, a Justiça decidiu que R\$ 3,8 milhões recuperados na Operação Calvário fossem usados para comprar 15 respiradores pulmonares. Em Mato Grosso, decisão judicial destinou R\$ 566 mil recuperados na Operação Ararath ao

Hospital Universitário Júlio Muller. Por mais nobre que seja a finalidade, não há bom uso do dinheiro público fora da lei. O estado de calamidade pública não amplia nenhuma competência da Justiça. Determinar o destino de recurso público continua sendo atribuição do agente político eleito, como dispõe o regime democrático.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/04/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Opep e aliados vão reduzir produção de petróleo

Ministro de Minas e Energia brasileiro diz que país não vai replicar movimento e lembra que Petrobras já fez corte de 200 mil barris por causa da demanda menor. Brent tem queda de 4,14%, a US\$ 31,48

Arábia Saudita e Rússia puseram fim ontem à guerra em torno dos preços do petróleo, concordando em reduzir a produção, em um esforço para poupar o mercado de um colapso causado pela pandemia de coronavírus. Já no Brasil, o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, descarta qualquer corte.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e seus aliados, que formam a chamada Opep+, acertaram, em videoconferência, reduzir sua produção em cerca de 10 milhões de barris por dia em maio e junho, disseram delegados enviados à reunião, pedindo para não serem identificados antes de uma declaração oficial. O corte pode encolher para 8 milhões por dia a partir de julho e 6 milhões por dia a partir de janeiro de 2021, segundo um deles.

Os dois maiores produtores da aliança, a Arábia Saudita e a Rússia, vão reduzir a produção para cerca de 8,5 milhões de barris por dia, com todos os membros concordando em reduzir a oferta em 23%, disse um delegado.

QUESTÕES LEGAIS

Segundo Albuquerque, no Brasil toda a produção está nas mãos de empresas. Mesmo a estatal Petrobras é de capital aberto, e o governo não tem interferência nela.

— O Brasil não tem como assumir nenhum tipo de compromisso nesse sentido por questões legais — disse o ministro ao GLOBO. — Apesar de o país ser um dos dez maiores produtores de petróleo do mundo, toda a nossa atividade de produção está na mão de empresas.

Ele lembrou que outros países, como Estados Unidos e Canadá, também não podem, legalmente, fazer isso.

O acordo provisório ocorreu após forte pressão do presidente dos EUA, Donald Trump, e de parlamentares americanos, que temem milhares de perdas de empregos na área de petróleo não convencional nos EUA.

A queda nos preços também ameaçou a estabilidade de países dependentes de petróleo e forçou empresas do setor a controlarem os gastos.

— Tanto a Arábia Saudita quanto a Rússia teriam que cortar de qualquer maneira, e isso vai lhes dar ganhos de pontos políticos também — disse Amrita Sen, analista-chefe de petróleo da consultora Energy Aspects Ltd.

Bento Albuquerque lembra que, no Brasil, a Petrobras já reduziu em 200 mil barris sua produção diária de petróleo:

— Agora temos uma economia mundial em retração, o que leva a um excesso de oferta no mercado, tanto que a Petrobras já reduziu sua produção em 200 mil barris diários, porque ela não tem onde estocar petróleo e não tem demanda externa para compra do excedente. Ela reduziu naturalmente, na linha do que os maiores produtores estão fazendo.

REUNIÃO DO G-20

Com o acordo, o barril do tipo Brent fechou ontem em queda de 4,14%, a US\$ 31,48.

Além da redução planejada de 10 milhões de barris, a Opep+ busca cortes de até 5 milhões por dia no G-20 (grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo), disseram delegados.

Os ministros de Minas e Energia do G-20, inclusive Albuquerque, vão se reunir hoje para discutir o mercado global de petróleo.

Ontem, segundo a agência Bloomberg, o México teria se recusado a aceitar os cortes e teria deixado o encontro sem aprovar o acordo.

*Com agências internacionais

VEÍCULO: O Globo**Data: 10/04/2020****Seção: Especial****Autor: RAMONA ORDONEZ****Título: Mais de 30 petroleiros têm o vírus em plataforma**

Ao menos 34 trabalhadores de um navio-plataforma (FPSO) a serviço da Petrobras na costa do Espírito Santo tiveram testes positivos para o novo coronavírus. Eles eram parte de uma tripulação de 53 pessoas a bordo do FPSO Capixaba. Esse é o primeiro caso de contaminação em plataforma de petróleo no mar. A plataforma pertence à empresa holandesa SBM Offshore e foi afretada pela Petrobras.

Todos os funcionários foram testados. Além dos 34 resultados positivos, 15 deram negativo e quatro tiveram resultado inconclusivo. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a responsabilidade pelo tratamento dos doentes é da empresa ao qual o profissional possui vínculo empregatício.

A SBM argumentou que, para garantir a privacidade dos funcionários, não informará seus nomes. Segundo fontes do setor, parte do grupo que testou positivo foi transferida para um hotel em Vitória, onde ficaria em quarentena.

A bordo do navio-plataforma estão sendo adotadas medidas preventivas de distanciamento social e reforço na higienização. De origem holandesa, a SBM explicou que está em contato com as autoridades brasileiras e com sua cliente, a Petrobras, para gerenciar a situação. A Petrobras afirmou que cabe à SBM dar informações sobre o caso.

No mês passado, a Petrobras anunciou mudanças nas operações: o efetivo de funcionários nas plataformas foi reduzido para o mínimo possível, e o período de descanso ficou menor, para acrescentar sete dias de quarentena antes dos embarques. Nos helicópteros que levam os petroleiros às plataformas, os cuidados foram intensificados, incluindo a medição da temperatura de todos e o reforço nas orientações de saúde.

VEÍCULO: O Globo**Data: 10/04/2020****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Que tal botar Sergio Moro nessa conversa?**

Embora o Sindigás, representante das distribuidoras, procure amenizar e dizer que, em média, o preço se mantém estável (R\$ 69,91, na média do país), temos

um problema — a exemplo do que disse o astronauta da Apollo 13 depois da explosão do tanque de oxigênio (“Houston, we have a problem”).

O gás de cozinha chega ao Brasil por R\$ 14. A Petrobras vende por R\$ 21,85. Pois bem. Há comunidades onde milicianos e traficantes vendem o botijão a R\$ 130 ou até mais. A Polícia Federal tinha de entrar nesse assunto que tanto respeito diz à população pobre.

MME / ASCOM .